Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

Cavalo de pau no STJ

Ainda que o ministro Haddad tenha descartado a possibilidade, o governo pode lançar mão em breve de uma medida provisória para vedar que empresas continuem abatendo do IR e da CSLL (tributos federais) benefícios dados pelos Estados por meio do ICMS após vitória em julgamento no STJ. A MP pode correr em paralelo ao julgamento do caso no STF.

A vitória da União já era dada como praticamente certa ainda pela manhã, antes do julgamento, com base no monitoramento da posição dos ministros julgadores do Tribunal.

Motivo de preocupação dos advogados das grandes empresas que seriam atingidas por uma decisão favorável para o governo. Movimentações nos bastidores seguiram para definir a estratégia das companhias.

Até que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, decidiu conceder uma medida cautelar suspendendo os efeitos do julgamento pouco antes do seu início e os ministros do STJ foram avisados com ele já em curso.

Um cavalo de pau após toda a movimentação de Haddad, no STJ para ganhar a causa e mostrar que ela é justa tecnicamente. O governo vê no abatimento dos incentivos dados pelos Estados para pagar menos os dois impostos federais "bondade com chapéu alheio".

Haddad conta com o fim do abatimento para conseguir um fluxo anual de receita de R$ 90 bilhões – a maior parte do que o governo precisa para entregar as metas fiscais das contas do governo prometidas do projeto do novo arcabouço fiscal enviado ao Congresso.

> *A vitória da União já era dada como praticamente certa ainda pela manhã, antes do julgamento*

Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Mendonça atendeu pedido das empresas do agronegócio por meio da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Os ministros do STJ ignoraram a decisão de André Mendonça e tocaram o julgamento, argumentando que não tinham recebido o comunicado oficial.

Ao final, deram a vitória à União, comemorada por Haddad – ainda que o caso esteja na mão do STF. O próprio ministro Haddad já tinha antecipado, no início da semana, que a matéria iria acabar indo para o STF.

Por decisão unânime, foi reconhecida a impossibilidade de se excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores relativos a benefícios fiscais de ICMS. Entre esses benefícios estão isenção, redução de alíquota e diferimento (adiamento) do tributo cobrado pelos Estados.

A equipe econômica viu na ação do ministro André "alimento" para vitória no STJ. Uma batalha que está só começando, das muitas que o ministro anunciou que vai enfrentar ao antecipar em entrevista, ao **Estadão**, que vai abrir a caixa-preta desses benefícios e mostrar CNPJ por CNPJ das empresas beneficiadas. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 2242/2023 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Recom Etiquetas E Embalagens Ltda, CNPJ nº 33.797.932/0001-73, para fornecimento de **RIBBON DE CERA 110MM X 450M, P/ IMPRESSORA S4M, S600 OU ZM400**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO TCE 07/23 - ABERTURA
DIRETORIA DE MATERIAIS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES - DM-2

Encontra-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO TCE nº 07/23 - Objeto do SEI Processo nº 1254/2023-40, visando à contratação de empresa especializada em organização, transporte, arquivamento e guarda de processos. A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site da Bolsa Eletrônica de Compras: www.bec.sp.gov.br (Pregão Eletrônico) com início previsto para 18/05/2023, às 09h. O edital na íntegra será disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br e www.tce.sp.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE REVOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013.03/2023-CP – O Secretário de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE torna público, através da Secretaria de Infraestrutura, a **REVOGAÇÃO** da Concorrência Pública Nº 013.03/2023-CP, destinada a: Contratação de empresa de engenharia para a duplicação, pavimentação e restauração da Avenida Vicente Siebra, com extensão de 1,6 km, no Município de Itapipoca/CE-PRODESA. **Motivo:** razões de interesse público. **Fundamentação Legal:** art. 49 da lei 8.666/93. **Antônio Vitor Nobre de Lima – Secretário de Infraestrutura.**

sura

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ/MF nº 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.151.577

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. Acionistas da **SEGUROS SURA S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 14 horas, do dia 03 de maio de 2023, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 4º andar, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: (a) Deliberar sobre o aumento de capital da Companhia.

São Paulo, 24 de abril de 2023
JORGE ANDRÉS MEJÍA DELGADO - Diretor Presidente

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 103ª (Centésima Terceira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da série única da 103ª (centésima terceira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (**"Títulares de CRA"**, **"CRA"** e **"Emissora"**, respectivamente), nos termos da Cláusula 15.5. do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da série única da 103ª (centésima terceira) emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A."* (**"Termo de Securitização"**), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de maio de 2023, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a concessão de *waiver* pelo descumprimento dos itens (xxi) e (xxiii) da cláusula 3.7.2 do CDCA nº 001/2024 - UM ("CDCA"), que tratam respectivamente sobre: (a) o pagamento de dividendos e resgate de ações em valor superior a 20% do patrimônio líquido da Devedora; e (b) desenquadramento do índice de liquidez corrente, apurado pela Emissora, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, afastando assim o direito de declarar o vencimento antecipado do CDCA pelo não cumprimento dessas obrigações; **(ii)** alteração do fluxo de pagamento das parcelas do valor nominal e remuneração do CDCA e consequentemente dos CRA, de forma que nas próximas 06 (seis) parcelas seja pago exclusivamente os juros remuneratórios do CDCA, e após este período, o valor nominal volte a ser amortizado conforme o percentual previsto no fluxo original dos CRA; **(iii)** caso aprovado o item (i) acima, prorrogação do fluxo de pagamento das parcelas do valor nominal em 6 (seis) meses, alterando a data de vencimento do CDCA para 19 de março de 2025, e, consequentemente a dos CRA para 20 de março de 2025; e **(iv)** autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. A Securitizadora informa que a tabela contendo o novo fluxo proposto para os CRA constará da Proposta da Administração para a referida Assembleia, a qual será publicada conjuntamente ao presente Edital de Convocação no sistema Fundos.Net da CVM e no site da Securitizadora. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 1ª convocação com a presença dos Titulares de CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis dos Titulares de CRA que representem 50% + 1 dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 27 de abril de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Japão Logística S.A. CNPJ nº 03.726.905/0001-31

Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 26 de abril de 2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais

	2022	2021
Ativo		
Circulante	**16.926**	**8.267**
Caixa e equivalentes de caixa	5.747	2.151
Dividendos a receber	11.179	6.116
Não Circulante	**37.967**	**31.793**
Impostos a recuperar	590	528
Investimentos em coligadas	37.377	31.265
Total do Ativo	**54.893**	**40.060**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2022**	**2021**
Circulante	**11.192**	**5.946**
Contas a pagar	-	3
Obrigações com partes relacionadas	19	19
Outras obrigações	6	4
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	11.167	5.920
Patrimônio Líquido	**43.701**	**34.114**
Capital social	3.166	3.166
Reserva legal	633	633
Reserva de lucros	36.933	27.234
Ajustes de avaliação patrimonial	2.969	3.081
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**54.893**	**40.060**

Demonstrações do Resultado

	2022	2021
Resultado de Equivalência Patrimonial	**22.358**	**12.231**
Despesas/ Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(580)	(505)
Resultado financeiro, líquido	556	116
Lucro Operacional antes do IR e da CS	**22.334**	**11.842**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**-**	**-**
Lucro Líquido do Exercício	**22.334**	**11.842**
Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído) - R$	**3,60**	**1,91**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	**22.334**	**11.842**
Outros resultados abrangentes	(112)	113
Resultado Abrangente Total do Exercício	**22.222**	**11.955**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31/12/2020	**3.166**	**633**	**19.447**	**3.194**	**26.440**
Lucro líquido do exercício	-	-	11.842	-	11.842
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício anterior	-	-	1.752	-	1.752
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(5.920)	-	(5.920)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(113)	-
Saldos em 31/12/2021	**3.166**	**633**	**27.234**	**3.081**	**34.114**
Lucro líquido do exercício	-	-	22.334	-	22.334
Dividendos pagos de exercícios anteriores	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos do exercício	-	-	(11.167)	-	(11.167)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	112	(112)	-
Saldos em 31/12/2022	**3.166**	**633**	**36.933**	**2.969**	**43.701**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.334	11.842
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(22.358)	(12.231)
Variação nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(62)	(32)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(3)	(67)
Outras obrigações	2	(4)
Caixa usado nas operações, antes dos dividendos recebidos	(87)	(492)
Dividendos recebidos	11.183	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.096	(492)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(7.500)	(3.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.500)	(3.000)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.596**	**(3.492)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.151	5.643
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.747	2.151
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.596**	**(3.492)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Japão Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.842 - 23º andar. A Companhia tem como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui participação societária na Libraport Campinas S.A. ("Libraport"), cujas atividades estão concentradas na operação, movimentação e armazenagem de cargas e contêineres de importação e exportação em centro logístico industrial aduaneiro no Município de Campinas - SP, sob a permissão da Superintendência da Receita Federal. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme Orientação Técnica OCPC 07. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo, nesse caso, o Real (R$). **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado, quando houver. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para resgate, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. **g) Investimento em coligada:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **h) Outras provisões:** Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presente como resultado de um evento passado, é é provável que uma sápida de recursos será necessária para cumprir com a obrigação. Provisões são reconhecidas baseando-se na melhor estimativa do risco envolvido. **i) Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e não vigentes.**

Norma ou interpretação	Descrição	
Alterações ao CPC 15 (R1) Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual de 2018, para obrigações dentro do escopo da CPC 25 o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados; para tributo dentro do escopo da do ICPC 21 o comprador adota o ICPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.	
Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.	
Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade – Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1. Substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.	
Alterações ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.	
Alterações ao CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial, em que a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.	

A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Capital Social:** O capital social é representado por 6.208.211 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R$ 3.166. A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, nos termos da Lei nº 6.404/76. O estatuto social da Companhia não prevê o dividendo obrigatório, sendo, portanto, reconhecido 50% do lucro líquido ajustado, podendo esse ser distribuído em percentual inferior ao estipulado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Lucro por ação:	2022	2021
Lucro líquido do exercício	22.334	11.842
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	6.208	6.208
Lucro básico e diluído por ação - R$	3,60	1,91

Kaoru Aoki - Diretor-Presidente
Eduardo Yoshimitsu Hidaka
Contador - CRC 1 SP 219788/O-1

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 91/2023 – Ata de Registro De Preços

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 91/2023 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** aquisição de materiais pedagógicos **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 12/05/2023 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 12/05/2023 **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro **TELEFONES:** (18) 3902 4411,3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 **SITIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO** www.presidentepruderte.sp.gov.br
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 26 de abril de 2023 - Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023
Objeto: Aquisição de detector de 5 gases com kit de calibração.
Retirada do edital: a partir de 27 de abril de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 11 de maio de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW